



SUPERVISÃO PSICOSSOCIAL JUNTO A UMA EQUIPE DE TRABALHO COM VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

SUPERVISIÓN PSICOSOCIAL CON UN EQUIPO DE TRABAJO CON VÍCTIMAS DE VIOLENCIA

PSYCHOSOCIAL SUPERVISION WITH A TEAM WORKING WITH VICTIMS OF VIOLENCE

Rubens Ferreira do Nascimento¹
Isabel Cristina de Moura Carvalho²

RESUMO: Este artigo discute um processo de supervisão desenvolvido com trabalhadores (as) sociais em um equipamento público de atendimento a vítimas de crimes violentos. A relação entre supervisão e intervenção psicossocial é estabelecida dando-se relevo para o protagonismo dos sujeitos trabalhadores e a condição estratégica de coadjuvante do supervisor. Dimensões psicossociais e clínicas são analisadas. Concluímos que o processo comunitário de supervisão, ele mesmo uma intervenção educativa e psicossocial, na qual intervenção e pesquisa se intercambiam e esforços práticos de circularidade e horizontalidade democratizam as relações, teve efeito reflexivo sobre a equipe técnica de profissionais e compôs os investimentos na qualificação do trabalho interdisciplinar que envolveu psicólogos (os), assistentes sociais e advogados (as).

PALAVRAS-CHAVE: Supervisão Psicossocial; Intervenção Psicossocial; Clínica Social; Trabalho Comunitário.

RESUMEN: Este artículo analiza un proceso de supervisión desarrollado con trabajadores sociales en un establecimiento público que atiende a víctimas de delitos violentos. Se establece la relación entre supervisión e intervención psicossocial, destacando el protagonismo de los sujetos trabajadores y el papel estratégico de apoyo del supervisor. Se analizan las dimensiones psicossociales y clínicas. Concluimos que el proceso de supervisión comunitaria, en sí mismo una intervención educativa y psicossocial, en la que intervención e investigación son intercambiables y esfuerzos prácticos de circularidad y horizontalidad democratizan las relaciones, tuvo un efecto reflexivo en el equipo técnico de profesionales y comprendió inversiones en la formación de profesionales interdisciplinarios. trabajo en el que participan psicólogos, trabajadores sociales y abogados.

PALABRAS CLAVE: Supervisión Psicossocial; Intervención Psicossocial; Clínica Social; Trabajo Comunitario.

ABSTRACT: This article discusses a supervision process developed with social workers in a public facility serving victims of violent crimes. The relationship between supervision and psychosocial intervention is established, highlighting the protagonism of the working subjects and the supervisor's strategic supporting role. Psychosocial and clinical dimensions are analyzed. We conclude that the community supervision process, itself an educational and psychosocial intervention, in which intervention and research are interchangeable and practical efforts of circularity and horizontality democratize relationships, had a reflective effect on the technical team of professionals and comprised investments in the qualification of interdisciplinary work involving psychologists, social workers and lawyers.

KEYWORDS: Psychosocial Supervision; Psychosocial Intervention; Social Clinic; Community Work.

¹ Graduado em Psicologia e Pedagogia. Professor de Psicologia da FAPSI PUC Minas. Mestrado em Psicologia Social pela FAFICH/UFGM. Doutorando em Educação pela FaE/UFGM. Pesquisas, intervenções e docência em psicologia social e comunitária, relações étnico-raciais, mediação comunitária e justiça restaurativa.

rubensn074@gmail.com

² Isabel Cristina de Moura Carvalho, psicóloga, mestre em psicologia da educação pela FGV/Rio de Janeiro, doutora em Educação pela UFRGS, professora no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFGM, Linha de Pesquisa: Movimentos Sociais. Pesquisa as relações ambiente e sociedade, aprendizagem como prática social, espiritualidade e ecologia. isacrismoura@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo discutimos uma experiência de “supervisão psicossocial” realizada no Núcleo de Atendimento a Vítimas de Crimes Violentos de Belo Horizonte (NAVCV-BH) durante o período de 2013 a 2015. Naquela experiência o coautor do texto atuou como supervisor de uma equipe multiprofissional voltada para a orientação jurídica e o atendimento psicossocial. O termo psicossocial foi objeto de definição e de reflexão,

considerando-se tanto a sua designação para definir os trabalhos de atendimento do Núcleo quanto também a sua recorrência para a conceituação da supervisão em questão. A supervisão psicossocial foi praticamente relacionada com a intervenção psicossocial e o trabalho comunitário, portanto, refletida em suas condições de intervenção e pesquisa sendo contemplada também nas dimensões pedagógica, clínica e sociopolítica.

O texto está atravessado pelo nosso posicionamento ético-político. Quanto à forma do artigo, optamos por uma estratégia discursiva que focaliza as práticas realizadas e, por vezes, dialoga com recursos técnicos de distintas fontes utilizados nas supervisões como, por exemplo, jogo de truco e letra de música. Dessa forma, apresentamos a supervisão psicossocial como um processo de trabalho coletivo e cooperativo tal como ocorreu no NAVCV-BH. Para fazê-lo, nos posicionamos em uma perspectiva latino-americana de psicologia social (Campos; Guareschi, 2002), utilizando como referência balizadores éticos e políticos.

Importa dizer que esta produção é endereçada aos leitores com interesse por trabalhos interdisciplinares, produções relacionadas aos temas das violências sociais, da supervisão e formação profissional do (a) psicólogo (a) social. O texto também constitui uma homenagem aos profissionais envolvidos com o sistema de proteção dos direitos humanos, dentre eles os ex-participantes do NAVCV – à época, pós-graduados, graduados e graduandos em Psicologia, Serviço Social e Direito, além de outros profissionais.

Por fim, em adição ao interesse mais geral, o artigo teve a finalidade específica de contribuir e provocar defensores de direitos humanos para um processo pessoal e coletivo de reflexão, discussão e sistematização das abordagens e atendimentos psicossociais e jurídicos, que realizam.

2 O NAVC E A LOCALIZAÇÃO PSICOSSOCIAL DA SUPERVISÃO

A chegada ao equipamento se deu por indicação de um técnico, ex-aluno da PUC Minas. Após a contratação ficou combinada a frequência quinzenal da supervisão e o tempo de 2

horas para cada encontro. Os encontros eram feitos na sede do NAVCV-BH em formato de roda, devido ao caráter prático e simbólico desse modo de disposição física. Havia o convite constante à circularidade e à horizontalidade no processo relacional da supervisão e para além dele.

O NAVCV integrou, de 2000 a 2015, o Sistema de Proteção aos Direitos Humanos. Em 2003 foi assumido pela Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais (SEDESE). No ano do seu encerramento integrou a Secretaria de Estado de Direitos Humanos Participação Social e Cidadania (SEDPAC). Naquele tempo havia unidades de atendimento em Belo Horizonte, Ribeirão das Neves, Montes Claros e Governador Valadares.

Na atuação, que primava pela defesa dos direitos humanos e fundamentais observava-se nos distintos Núcleos a presença da multidisciplinaridade e da interdisciplinaridade. No NAVCV-BH havia evidentes esforços de praticar a transdisciplinaridade. Pudemos observar e colaborar de algum modo com o movimento processual de sistematização da metodologia. Houve revisão dos objetivos e ressignificação de conceitos e do escopo do trabalho dos Núcleos. De atendimento psicossocial e orientação jurídica gratuitos a vítimas de violência e à familiares de vítimas de homicídio, latrocínio, tortura, estupro e crimes sexuais contra vulnerável com finalidades de “reestruturação moral, psíquica e social da vítima” passou-se para o objetivo de “Colaborar para a reparação dos direitos humanos violados pela ocorrência de crimes violentos” (Núcleo de Atendimento a Vítimas de Crimes Violentos, 2017, p.7).

Quanto à articulação dos trabalhos de psicólogas (os), assistentes sociais e advogados (as), observa-se em muitos programas de ação social que o vocábulo “psicossocial” pretende definir o trabalho conjunto, principalmente de profissionais de psicologia e serviço social sem, contudo, haver uma devida recorrência à psicologia social como uma disciplina autorizada para qualificar o conceito. O mais comum é haver uma designação que parece relacionar o “psico” à psicologia e o “social” ao serviço social. Em algumas perspectivas presentes na psicologia ou próximas a ela isto tem sustentação em concepções de subjetividade e de social que dão legitimidade equivocada à dicotomia entre indivíduo e sociedade. Isto, por vezes, é expresso por meio da colocação de um hífen entre os referidos termos.

Os professores Nelson Silva Junior e Wellington Zangari (2017, p. 18) organizaram uma publicação, com textos originados do Primeiro Simpósio do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social na USP em 2015. A proposta do livro foi abordar “esse quiasma entre o social e o individual a partir de um elemento gráfico: o hífen”. A insistência na consideração do hífen pelo coletivo da USP, apesar dele ser graficamente inexistente no vocábulo “psicossocial”, tanto antes da reforma ortográfica da língua portuguesa quanto atualmente, pretendeu

comunicar sobre “à tensão conceitual entre o hiato de dois aspectos da psicologia social, o social e o psíquico, e o reconhecimento de sua necessária implicação mútua”.

A Psicologia Social é área da Psicologia e também disciplina parcialmente presente na Sociologia. Ela é apresentada no Hemisfério Norte por meio de duas vertentes ou tendências, respectivamente, atreladas às polaridades em questão: indivíduo e sociedade. Trata-se da Psicologia Social Psicológica, mais comum nos Estados Unidos e da Psicologia Social Sociológica mais característica da Europa. Há nesta classificação negligência ou desconhecimento quanto à variedade de sistematizações teórico-metodológicas e práticas psicossociais de outros espaços geopolíticos fora daqueles que referenciam o paradigma euro- americano.

Procuramos, aqui, dar relevo à Psicologia Social Latino-Americana e suas potencialidades inventivas e expressivas de novos paradigmas. Paulo Freire, brasileiro, e Orlando Falls Borda, colombiano, são considerados pilares da Psicologia Social do nosso continente. A psicóloga comunitária venezuelana Maritza Montero, o psicólogo social da libertação, espanhol radicado em El Salvador, Martin-Baró e a filósofa Silvia Lane, representante da psicologia sócio-histórica no Brasil, são importantes nomes da vertente de Psicologia Social Crítica na América Latina (Nascimento, 2020).

As correntes de Psicologia Social Crítica, no geral, criticam, por um lado, a neutralidade científica, o cientificismo e experimentalismo, o individualismo e interesses ideológicos estadunidenses e capitalistas, relações de dominação etc. Por outro lado, fazem a crítica a certo sociologismo que corrobora com os psicologismos por ambos validarem a dicotomias e a fragmentação disciplinar nas ciências humanas. A Psicologia Social Latino- Americana faz eco a tudo isto com relevo para as críticas à dicotomia indivíduo – sociedade que dá legitimidade a certa independência das vertentes psicossociais tradicionais.

A Psicologia Social ao contemplar as múltiplas formas de sociabilidade de distintos alcances (macro, meso e micro) e as maneiras como as pessoas constroem sentido sobre a vida cotidiana, estuda especialmente os fenômenos que acontecem nas interações sociais e nos espaços de mediação. Nesse contexto, a Psicologia Social crítica considera a sociedade e as “ideias da sociedade”, as interações e as pessoas privilegiando o que favorece transformações sociais. Ela abriga correntes diversas e distintas, a configurarem uma frente ampla de luta pela defesa dos direitos humanos, contra as desigualdades sociais visando à justiça social (Spink; Spink, 2005). O (a) psicólogo (a) social crítico (a) e seus interlocutores no âmbito dos estudos e intervenções precisam se ver, sentir, perceber e se rever, re-sentir, reperceber no fluxo con-

tínuo de suas experiências e práticas psicossociais nas quais as relações de poder, saber e afeto informam sobre os entrelaçamentos e não a dicotomia entre o social e a subjetividade.

No trabalho de supervisão psicossocial em questão foi importante considerar caminhos já feitos e outros previstos bem como o perfil socioprofissional da equipe técnica. Buscava-se fazer convergirem aportes de vários saberes e fazeres, com ênfase naqueles desenvolvidos nos âmbitos das correntes psicossociais críticas e das práticas de clínicas ampliadas. O supervisor dispôs-se a explorar junto com a equipe os lugares da intervenção e da pesquisa sociais nos quais as dimensões clínicas e pedagógicas também são encontradas. Lugares intercambiáveis que possibilitavam à equipe técnica habitar espaços semelhantes aos dos usuários de serviço. Certamente, lugares familiares que, por vezes, são “atrofiados” por formações que distanciam o saber especializado da riqueza, beleza, dores, delícias... Contradições das experiências humanas de cada profissional ou estudante.

Portanto, a acepção psicossocial exige muito mais do que significar o trabalho conjunto entre psicólogos e assistentes sociais incluindo aí a participação dos operadores do direito. Também não expressa à atuação psicológica no contexto social fazendo jus ao questionável uso explícito do hífen entre o psico e o social como acontece em algumas publicações e práticas profissionais, ainda que respeitáveis (Costa, 1989). Psicossocial implica, o nosso ver, em modos específicos de olhar, praticar e experienciar a subjetividade e as relações sociais nas quais a dimensão da individualidade compõe o sujeito (pessoal ou coletivo) que é sempre político, é ator social mesmo quando ele não toma consciência disto, ou seja, não assume sua condição cidadã (Afonso, 2011; Dubet, 1994).

3 DA INTERVENÇÃO À SUPERVISÃO PSICOSSOCIAL

Quando chegamos ao NAVCV, a demanda do Núcleo foi da supervisão de um psicólogo social. No entanto, diante da inexistência de uma sistematização teórico- metodológica anterior, foram discutidos com a equipe, os parâmetros do que viria a ser chamado de “supervisão psicossocial”. Tal elaboração teve como referência o entendimento já estabelecido no campo da psicologia social sobre intervenção psicossocial. Trata-se de um trabalho coletivo, acordado e executado de modo cooperativo entre agentes externos e agentes internos, como nos informa Marília Novais da Mata Machado:

[...] trabalho de produção de conhecimentos sobre grupos, organizações, instituições, comunidades e movimentos sociais, fundado nas reflexões teóricas e descobertas da psicologia social e da psicossociologia, e, simultaneamente, um conjunto de práticas

clínicas de consulta voltadas para o tratamento desses diferentes conjuntos sociais e meios abertos. (Machado, 2004 p. 15).

A clínica referida pela autora, nesse caso, seria uma clínica social entendida de um modo ampliado – portanto, para além do seu sentido etimológico e clássico de ao pé do leito. É um trabalho que se dá pesquisando e intervindo. Ou, melhor, no contexto de “supervisão”: intervindo e “pesquisando” sobre o atendimento psicossocial do NAVCV. Isto abrangia indiretamente os usuários, as famílias, as redes sociais comunitárias e os equipamentos governamentais de proteção e prevenção à violência. Aspirava-se a que os próprios atores do NAVCV (técnicos, estagiários, recepcionista, auxiliares administrativos e coordenadores) fossem protagonistas do processo. Ao supervisor cabia certa participação, colaboração, facilitação, mediação.

Ainda sobre a natureza da categoria intervenção, o professor e historiador Miguel Almeida, ex-companheiro de atuação na equipe técnica do Projeto Criança Esperança em Belo Horizonte, respondeu à pergunta de um morador do Aglomerado da Serra, participante do grupo de referência local (GRL), sobre o que é intervenção: “Uma intervenção é como uma cirurgia médica. Promove-se um corte, trauma, que poderia ser entendido como um ‘ato violento’ em um corpo se não se tratasse de uma ação visando a saúde, a cura.”

A definição e as práticas históricas de intervenção como ação vinda de fora são eticamente problematizadas em estudos de intervenções psicossociais e comunitárias (Sarriera et al, 2010). Ferreira Neto (2011) acentua o “vir de fora para mudar a situação” e, com isso, destaca a hierarquia entre agentes externos e agentes internos. Aos primeiros, “os de fora”, seriam atribuídos supostos saberes-poderes e domínio de teorias e técnicas capazes de promover mudanças. Os segundos, “os de dentro”, seriam as pessoas que vivem os impasses e os problemas. Assim, este autor prefere ver o “interventor como um agente catalisador e coadjuvante de um processo, que tem como protagonista maior o próprio coletivo local” (Ferreira Neto, 2011, p. 190). Nesse processo, os sujeitos da própria experiência construirão o desenho dos seus problemas e as estratégias de ação para o enfrentamento deles. O autor citado, conclui que: “o que é preciso nesses casos é transformar a experiência pessoal em um saber político e coletivo capaz de promover mudanças” (Ferreira Neto, 2011, p. 191).

4 A EXPERIÊNCIA NO NAVCV

A especificidade da proposta da supervisão encontraria eco naquilo que era dito e pretendido pelo NAVCV-BH? Tratava-se de experienciar, vivencialmente, pedagogicamente,

terapeuticamente, no coletivo e, em parte, o que estaria sugerido para os fazeres do equipamento no trabalho com os usuários. Assim devia ser configurada, nos primeiros momentos, a supervisão junto aos trabalhadores do Núcleo BH. Daí o trabalho inicial de, no contexto da supervisão, promover um diagnóstico da realidade coletiva ou “autodiagnóstico”, assim como é feito em trabalhos comunitários, conforme reflete Pedro Demo (1995). A equipe foi mobilizada para cada participante agir, interagir, brincar, observar a si, aos outros e ao próprio grupo na preparação para o trabalho e nas atuações.

A partir do jogo do truco como técnica de dinâmica de grupo inventada pelo supervisor, a partir de outras experiências em intervenções e oficinas psicossociais (Nascimento, 2003), foram evidenciadas potencialidades e compartilharam-se necessidades, dificuldades e problemas do coletivo e do equipamento público. Deu-se início a um movimento autoanalítico convidativo para um processo de autogestão da equipe:

A palavra autogestão vem do grego e do latim, autos = auto gerere + gerenciar, administrar, ou seja, um sistema que se autogerencia, que se engendra. Mas, o axioma fundamental da autogestão é o da igualdade do direito e do desejo entre as pessoas. Desta forma, crê-se na autonomia dos grupos e coletivos, calcada na participação, no saber, numa experiência de cada ser humano que, tendo tudo isso somado às suas habilidades, se automantêm, se autodirigem, se autoadministram, se autocriticam (autoanálise) e estabelecem as leis necessárias para o êxito do empreendimento. A autogestão visa à transformação e não só à participação. Portanto, o trabalho autogestivo é acompanhado do prazer coletivo da criação, sem padrão e capataz que gozam sozinhos e narcisicamente”. (Pereira, 2001, p. 185- 186).

Teoricamente, mostrou-se útil a recorrência ao conceito de configurações sociais de Norbert Elias, conforme interpretado pela pedagoga Elisa Gonsalves (2004, p. 21): “O jogo é um sistema de interdependência complexo que serve para pensar relacionalmente os grupos humanos; é um padrão mutável que compreende o conjunto criado pelos jogadores nas relações com os outros”. Contemplamos “jogos” (ou interdependências) diversos e múltiplos, com suas interações e problemas de poder: a sociedade como um jogo complexo onde se produz, reproduz, intervém-se e se resiste à violência; o NAVCV como equipamento implicado nesta questão; a equipe de trabalho e as pessoas como participantes de diversos

jogos relacionados em níveis micro, meso e macrosociais. O NAVCV seria um jogador social, um equipamento do sistema e das redes de proteção e defesa dos direitos humanos na grande configuração social ou no grande jogo da sociedade brasileira. Seria também, por outro lado, ele próprio um jogo, uma configuração social que abriga jogadores, parcerias, conflitos, estratégias, táticas, etc.

No trabalho grupal foram contemplados fenômenos relacionados aos afetos, às ações e interações, à equipe, à organização. Tratou-se de um recurso tático utilizado para a apresentação da proposta que ao mesmo tempo servia-se como início dela. Aproximação, inserção, entrada gradativa no campo. Foi manifestado, por parte da equipe técnica, a importância da realização de estudos de casos e o interesse em contribuir na persecuida sistematização metodológica do “atendimento psicossocial” às vítimas de crimes violentos. Desejos de partilha, aprendizagem e participação produtiva. A equipe solicitou também, de modos explícitos e implícitos, a continuidade daquele trabalho “psicossocial” e “clínico” envolvendo profissionais e estagiários principalmente de psicologia, direito e serviço social.

Estávamos num momento inicial de construção da demanda. A chegada do supervisor foi resposta a uma encomenda ou demanda inicial: supervisionar a equipe técnica. O posicionamento de interventor psicossocial, na relação com o grupo de trabalho, levou à coconstrução da “demanda”, esta, que consiste no resultado de algum quantum de encontro entre quem necessita e quem oferta o trabalho (Afonso, 2000; Nascimento, 2003). Daí se estabelece o foco e os objetivos geral e específicos de um projeto de intervenção psicossocial são (re)elaborados.

Havia o pedido de supervisores do serviço social e do direito. Observamos também essa necessidade de uma equipe de supervisão. Uma dificuldade no processo de admissão foi encontrar colegas supervisores (as) com efetiva abertura e coragem para contribuir nos passos da interdisciplinaridade em direção à transdisciplinaridade. Significava reposicionamento em relação aos lugares de especialistas. Passava pela revisão da relação entre ciência e senso comum, conforme Boaventura Souza Santos na interpretação de William C. C Pereira:

[...] em um primeiro momento, a ciência rompe com o senso comum. A fim de constituir-se enquanto prática de conhecimento específico. Em um segundo momento, rompe-se com a própria ruptura, e a ciência assume o compromisso de se tornar apropriável ao senso comum. Não em seu rigor e método, mas enquanto um conhecimento prático. Por isso fala-se em um senso comum ‘esclarecido’ e em uma ciência ‘prudente’ (leia-se emancipatória). (Pereira, 2001, p.145).

Esta citação tem sintonia com o conceito focado na prática perseguido e registrado no Guia Metodológico do NAVCV:

[...] entende-se como arbitrarias as fronteiras construídas entre os saberes, que os classificam e os hierarquizam em saberes disciplinados e saberes populares. Sendo assim, deve-se romper essas barreiras, tomando os diversos saberes como igualmente valorosos, mutuamente complementares, inclusive aqueles trazidos pelo usuário atendido e os saberes que o técnico traz da sua história de vida. (Núcleo de Atendimento a Vítimas de Crimes Violentos, 2017, p. 10).

Posteriormente se deram recrutamentos individuais subseqüentes de supervisoras do serviço social, nem sempre exitosos, e a decisão de não contratação de profissional do direito para esta função. Acreditava-se que essa ausência era mitigada pela condição de advogado do coordenador do Núcleo naquele momento. Um profissional aberto à inventividade que apostava na transdisciplinaridade. Uma relação entre “psico-social” e especialismos e “psicossocial” e inter/transdisciplinaridade foi feita.

A recepcionista foi, justamente, incluída no trabalho coletivo de supervisão. Afinal era com ela que se estabeleciam os primeiros contatos, os vínculos iniciais ou transferências psicossociais e políticas (Machado, 2004). Isto, por vezes, com uma efetividade distinta daquela que se dava nas salas de atendimento com as duplas técnico-técnico ou técnico- estagiário. Isto foi reconhecido pelo grupo de trabalho. A recepcionista aparentava marcadores identitários racial, de gênero e socioeconômico, semelhantes às da maioria das pessoas que compunham os usuários do serviço: mulheres, negras e pobres. Com isto, parte do público postulante, antes de ser interpelada tecnicamente, expressava na sala de recepção algo dos seus sofrimentos, angústias, expectativas e esperanças por meio de atos e palavras. A servidora pública sabia observar, acolher, escutar, compreender. Tais competências eram trazidas da vida cotidiana em comunidades populares e da atuação dela como agente comunitária de saúde. A relevância daquela função precisava ser assumida e integrada no processo do atendimento psicossocial, inclusive no registro da metodologia do NAVCV, se possível. Uma proposta ousada frente a entraves burocráticos, trabalhistas e, mesmo, acadêmicos.

Fazia-se necessário romper com modelos tradicionais e cristalizados de atendimento e ação. Esse entendimento foi um dos fatores que levaram à contratação de um supervisor identificado com a psicologia social latino-americana em diálogo com correntes críticas afins e com experiências com pesquisas e metodologias participativas. Também a experiência com mediação de conflitos comunitária contribuiria na facilitação dos diálogos e cogestão dos tensionamentos epistemológicos, ideológicos e dos conflitos relativos a aspectos das identidades socioprofissionais daquele grupo de trabalho interdisciplinar que aspirava a se tornar transdisciplinar. Cremos que as condições de negro e a trajetória em camadas populares também contribuíram para a escolha do primeiro supervisor fixo. Antes as supervisões eram eventuais e intermitentes. Tratava-se do NAVCV-BH. No entanto este Núcleo incorporava a meta institucional de protagonizar um processo de mudança geral dos NAVCV de Minas Gerais. Tensões no processo confrontavam epistemologias, valores, visões de sociedade e política, modelos e condutas profissionais. Encontros internos do NAVCV BH e, principalmente, com os outros Núcleos, comunicavam que o equipamento da capital mineira dava passos instituintes.

Conforme o processo metodológico do modelo psicossocial de trabalho comunitário e social (Pereira, 2001), no contexto dos três primeiros encontros entre equipe e supervisor, foram criados momentos de familiarização, transferências amorosas múltiplas, construção da demanda e do contrato. Ao longo da preparação para o primeiro estudo de caso, deu-se, por parte do supervisor, alguma aproximação com atores do NAVCV e a ampliação crescente dos conhecimentos sobre a organização, o funcionamento e os atendimentos do Núcleo BH e dos outros. Psicólogos, assistentes sociais e advogados, técnicos e estagiários, trabalhavam em conjunto, por vezes, com funções distintas, por vezes com atribuições comuns.

A supervisão foi trabalhada numa perspectiva de desnaturalização com recorrência à ciência, ao corpo, à arte com músicas e poemas. Convites às falas sobre experiências pessoais, das duplas, da equipe de convivência e atuação. Violência, morte, discriminação racial, abuso sexual... situações de ameaça e violência estatal. “Isso que ataca de repente. Derrubou o muro e invadiu nosso quintal” (Isso, 2001). Fenômenos psicossociais? Retorno do recalcado? Nos diálogos e discussões problematizam-se noções de sujeito, projetos pessoais e coletivos de sociedade. Isto na busca do maior alinhamento prático-instrumental, teórico-metodológico e ético-político da equipe e para potencializar as distintas relações com as (os) usuárias (os).

5 CLÍNICA SOCIAL, INTERVENÇÃO E SUPERVISÃO PSICOSSOCIAIS

Freud, em suas práticas de intervenção clínica, priorizou o atendimento individual de pacientes no consultório. Sabemos hoje, a partir da publicação de Danto (2019) que houve, ainda que tímida, uma clínica social de Freud no período entreguerras. Naquele momento, na Alemanha convulsionada pela derrota na pós-primeira guerra, houve uma interrupção da demanda de tratamento analítico por parte da burguesia européia e, ao mesmo tempo, o sofrimento traumático se disseminava enormemente entre os que foram ao front e também entre aqueles que perderam entes queridos bem como tiveram suas vidas, casas e territórios de vida destruídos. Neste contexto de perplexidade e desesperança, Freud cria dispositivos de atendimento e convoca os psicanalistas para uma clínica de emergência, fora do setting do consultório, como ele mesmo propunha em tempos de paz.

Além disso, em sua teoria, Freud desenvolveu diversos estudos sobre a sociedade e a cultura. Podem eles subsidiar uma clínica do social? Observamos contribuições nessa direção entre seguidores inventivos de Freud como o, já citado, brasileiro Jurandir Freire Costa (1989). Teria o médico de Viena conseguido realizar o que Wundt, considerado o pai da psicologia, almejava e não alcançou? – ou seja, articular uma psicologia individual com uma

“psicologia dos povos”, psicologia coletiva, psicologia das massas ou psicologia social? (Farr, 1994).

No Brasil contemporâneo, a tensão entre uma psicologia clínica (da saúde) e uma psicologia social ocupa um vasto capítulo da história da psicologia. Silvia Lane (1996), menciona essa tensão presente na década de 1980, no contexto de encontros da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO). Segundo ela, deveria a psicologia social tender para a saúde e saúde mental ou para a educação popular? Observa-se que esse tensionamento se apresenta ainda hoje, pendendo para um lado ou outro conforme a identificação dos profissionais que se encontram na ABRAPSO e a maior ou menor afinidade com psicologias sociais críticas.

Muitas iniciativas já aconteceram em busca de formular dispositivos de uma clínica social. Não é objetivo deste artigo fazer um histórico deste campo, apenas destacamos alguns movimentos nesta direção como, por exemplo, as importantes tentativas freudomarxistas de promover a complementação entre a clínica e o social (Silva, 2002). Na América Latina e no Brasil, parte de uma psicologia social comunitária de tendência mais sociológica e de educação popular aproximou-se de iniciativas psicossociológicas e de saúde mental nas comunidades na busca das chamadas “clínicas comunitárias” (Costa; Brandão, 2005; Montero, 2011; Góis, 2012). Além destas, outras insinuações de pontos de encontro ou de aproximação foram nomeadas como: “clínica ampliada”, “clínica social”, “clínica e política”, “clínica transdisciplinar”. A psicóloga Alice de Marchi, de orientação institucionalista, define o “entre clínica e política”:

A respeito da palavra “clínica”, Eduardo Passos e Regina Benevides (2001) nos dirão que há dois caminhos possíveis de serem tomados quanto à sua etimologia. Um deles, o mais conhecido, é o do termo grego *klinikos*, que significa inclinar-se sobre o leito do paciente. Já o outro, menos popular, é o do termo da filosofia de epicurista *clinamen*. Este designa o desvio que faz com que os átomos, ao caírem no vazio devido a seu peso e velocidade, se choquem, acoplando-se na composição das coisas. Aí reside a potência de geração de mundo. É muito mais na afirmação desse desvio do que no debruçar-se sobre o paciente, portanto, que a clínica se faz. Já se percebe que estamos tratando aqui de outro modo de entender a subjetividade: como um movimento aberto, totalmente conectado ao mundo, imanente a ele, produtor e produzido pela realidade. (Souza, no prelo)

Essas noções de clínica – que não se confundem com atendimento psicoterapêutico gratuito ou a baixo custo, nem com o estabelecimento de consultórios em bairros populares ou favelas – puderam contribuir como inspiração para o atendimento psicossocial e jurídico do NAVCV, uma vez que também foram objeto de compartilhamentos nos encontros de

supervisão e nos grupos de estudos promovidos. A dimensão de invenção, de um não saber operativo, ganhou destaque. Inventar no atendimento, permitir-se e convidar as usuárias e os usuários a se inventarem. Compartilhar com elas e eles a invenção do atendimento, incorporar as contribuições delas e deles na sistematização da prática.

Nesta perspectiva, o destaque é voltado para o processo da supervisão. O exercício de humildade científica, de “ignorância douda” e de ignorância propriamente dita, importam. Importa ser “gente” nesse lugar estratégico no qual o não saber assumido do interlocutor contribui com o exercício de saber e de não saber dos sujeitos e do coletivo. Sendo, também, o lugar no qual o saber trabalhado num contexto de vínculo amoroso, ainda que atravessado por elementos de verticalidade advindos das hierarquias dos saberes e poderes, possa ser problematizado numa subversão dialogal da ordem. Desse modo, mesmo sem a garantia de que propostas emancipatórias de fato o sejam na prática, que possam ser pretendidas e exercitadas no ato do fazer coletivo na supervisão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pôde acompanhar, a perspectiva de supervisão vivenciada não é centrada no supervisor. Pode ser ressignificada como uma “super-visão”, compreendida não como uma visão excessiva de um sujeito, mas uma visão maior, mais abrangente. Isto porque se vale de vários olhares e de múltiplos pontos de vista: os pontos de vista de todos os participantes, sem haver a necessidade de destaque para uma visão “superior”, o suposto olhar do supervisor. Nesse processo se aspira à horizontalidade, sem desconhecer as hierarquias socialmente construídas, mas colocando-as em questão e resistindo a elas.

O sentido visado tem proximidade com a noção de transdisciplinaridade em termos amplos, epistemológicos: “(construção e elaboração de conhecimentos) um aprender que não privilegia rigidamente categorias conceituais, nem teorias, pessoas status profissional, hierarquia, instituição ou qualquer procedimento disciplinar ou de especializações” (Pereira, 2001, p. 202).

Algo a extrair da proposta de compreensão aqui sugerida é que, no NAVCV, houve movimentos coletivos disparadores de mudanças dos si mesmos, dos outros e do nós. Tais processos ocorreram nos encontros de supervisões, nas reuniões da equipe, nos estudos de caso e nos grupos de estudo. Também nos atendimentos de indivíduos e grupos e nas participações e articulações da rede social comunitária. Nessas últimas atividades o supervisor participa ou não. Esperava-se, nas capacitações e intercâmbios, que cada ator pudesse ser como

“um relé” para o outro e “para os grupos se autonomizarem”. O interventor, cada um de nós, pode ser “essencial para fazer o circuito funcionar, mas ele opera a partir das condições dadas pelo próprio circuito ou fazendo conexões com os outros circuitos” (Ferreira Neto, 2011, P. 191).

Importa, para finalizarmos, salientar a importância do grupo no trabalho comunitário transdisciplinar. Na supervisão houve respostas frequentes para a demanda relacional, entendidas como contribuições ao fortalecimento do grupo e da equipe. Como sugere Pereira (2001), conflitos em torno da divisão de saber, dinheiro, sistema hierárquico, propriedade, prazer e prestígio podem ser atravessados por processos contraditórios no seu cotidiano. Com o investimento no trabalho grupal, o coletivo de trabalho comunitário transdisciplinar pode ser potencializado em seu viés micropolítico de luta social, minimizando assim a inibição de alterações objetivas e subjetivas e disparando transformações (Pereira, 2001).

O supervisor é, portanto, coadjuvante no processo. Pode ser mais ou menos importante. Porém, o que tem maior relevo é o grupo e a organização funcionarem efetivamente: os trabalhos acontecerem, as habilidades e competências serem desenvolvidas em vista do melhor atendimento, no caso, das vítimas de crimes violentos e da potencialização das análises e dos encaminhamentos das ações com os usuários. O que não se fará bem, se estes não forem realisticamente considerados como verdadeiramente “outros”, sujeitos, e não objetos do “seu” processo, no esforço contínuo e constante (utópico?) de construção de relações horizontais. Essa perspectiva vale para os atendimentos psicossociais, nos quais “os outros” são os usuários, mas vale também para as supervisões psicossociais nas quais técnicos, estagiários, coordenadores e demais profissionais são convidados a serem, multiplamente, sujeitos, outros e “autores” sem os quais a supervisão psicossocial não acontece.

Foi possível considerar a supervisão como um processo comunitário consoante a acepção “psicossocial” de comunidade como “lugar onde grande parte da vida cotidiana é vivida” (Campos, 1996) e relações de pertencimento e com objetivos em comum são estabelecidas, no caso, o espaço do trabalho no NAVCV-BH.

Esta reflexão avaliativa da prática é sustentada pelo êxito da experiência realizada. O trabalho teve continuidade por três anos ininterruptos e foi encerrado junto com a extinção inesperada e traumática dos NAVCV de Minas por decisão externa no contexto de mudança de gestão no início da SEDPAC.

A supervisão se fez com dimensões educativas e psicossociais. A metodologia participativa promoveu e fomentou práticas circulares nas quais havia esforços para estabelecer e manter a horizontalidade nas relações. A equipe técnica já trazia experiências anteriores e

predisposição para trabalhos de contornos democráticos. Assim a inovação da supervisão psicossocial compôs os investimentos na qualificação do trabalho interdisciplinar visando a transdisciplinaridade com participação de psicólogas (os), assistentes sociais e advogados (as) em ações instituintes com vítimas diretas e indiretas de crimes violentos e redes de apoio.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Maria Lucia Miranda. Notas sobre sujeito e autonomia na intervenção psicossocial. **Psicol. rev.** (Belo Horizonte) [online]. 2011, vol.17, n.3, pp.445-464. ISSN 1677-1168. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1677-11682011000300008. Acesso em 02 de novembro de 2024
- AFONSO, Maria Lucia Miranda (Org.). **Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial**. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2000.
- ÁLVARO, José Luís; GARRIDO, Alicia. O desenvolvimento da psicologia social na América Latina. Em José Luís; Garrido, Alicia. **Psicologia social: perspectivas psicológicas e sociológicas**. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.
- CAMPOS, Regina Helena Freitas; GUARESCHI, Pedrinho Arcides. **Paradigmas em psicologia social: a perspectiva latino-americana**. Petrópolis: Vozes, 2002. <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-622071>
- COSTA, Liana Fortunato; BRANDÃO, Shyrlene Nunes. Abordagem clínica no contexto comunitário: uma perspectiva integradora. **Psicologia & Sociedade**, vol. 17, n. 2, p. 33-41, 2º sem. 2005. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822005000200006> . Acesso 02 de novembro de 2024.
- DANTO, Elizabeth Ann. As Clínicas Públicas de Freud. **Psicanálise e Justiça Social**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.
- DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3 ed. - rev. e ampl. -São Paulo.: Atlas, 1995.
- DE SOUZA, Alice De Marchi Pereira. Clínica e Política: uma experiência limítrofe. Revista NAVCV Minas Gerais, nº1. https://clincasdotestemunhosc.weebly.com/uploads/6/0/0/8/60089183/aula_2-clinica_e_politica_uma_experienca_limítrofe.pdf. Acesso em 02 de novembro de 2024.
- DUBET, François. A experiência social e a acção. In: DUBET, François. **Sociologia da experiência**. Trad. de Fernando T. Lisboa: Instituto Piaget, 1994. p. 93-137. (Coleção epistemologia e sociedade).
- FARR, Robert. Representações sociais: a teoria e sua história. In GUARESCHI, Pedrinho Arcides; JOVCHELOVITCH, Sandra. (Orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.

FERREIRA NETO, João Leite. **Psicologia, Políticas Públicas e o SUS**. São Paulo: Escuta, 2011.

GÓIS, Cezar Wagner de Lima. **Psicologia Clínico-Comunitária**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2012. https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/42536/1/2012_liv_cwlgois.pdf. Acesso em 04 de novembro de 2024.

GONSALVES, Eliza Pereira. Configurações sociais: espaços de ambivalência. In GONSALVES, Eliza Pereira. **Da ciência e de outros saberes: trilhas da investigação científica na pós-modernidade**. Campinas: Alínea, 2004.

ISSO. Intérpretes: Titãs. Compositor: Toni Bellotto. In **A Melhor Banda de Todos os Tempos da Última Semana**. Abril Music, 2001. https://pt.wikipedia.org/wiki/A_Melhor_Banda_de_Todos_os_Tempos_da_%C3%9Altima_Semana. Acesso em 04 de novembro de 2024.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. Histórico e fundamentos da Psicologia Comunitária no Brasil. In CAMPOS, Regina Helena Freitas. (Org.). **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia**. Petrópolis: Vozes, 1996.

MACHADO, Marília Novais da Mata. **Práticas psicossociais: pesquisando e intervindo**. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2004.

MONTERO, Maritza. Uma psicologia clínica-comunitária construída a partir da comunidade: práxis latino-americana. In SARRIERA, Jorge Castellá (Org.). **Saúde Comunitária: conhecimentos e experiências na América Latina**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

NASCIMENTO, Rubens F. Psicologia Social em Preto e Branco: Paulo Freire na Psicologia Social que fazemos na PUC Minas. PENZIM, Adriana Maria Brandão et al. (org.). **Cem Anos com Paulo Freire: Diálogos**. Belo Horizonte: Editora PUC MINAS, Nesp, 2020. (Caderno Temático do Nesp; n. 10) <https://nsp.pucminas.br/wp-content/uploads/2021/12/NESP.-Caderno-Tematico-n.-10.-Cem-anos-com-paulo-freire-psicologia-social-em-preto-e-branco.pdf>. Acesso em 08 de novembro de 2024. Acesso em 04 de novembro de 2024.

NASCIMENTO, Rubens Ferreira. Pesquisa-Ação e Oficinas Psicossociais: recursos metodológicos de trabalho social e comunitário. In GUERRA, Andréa Maris Campos et al. **Psicologia Social e Direitos Humanos**. Belo Horizonte, Edições do Campo Social/ABRAPSO Minas, 2003.

NÚCLEO DE ATENDIMENTO A VÍTIMAS DE CRIMES VIOLENTOS. Guia Metodológico do Núcleo de Atendimento a Vítimas de Crimes Violentos (Em elaboração). Belo Horizonte, 2017. https://clinicasdotestemunhosc.weebly.com/uploads/6/0/0/8/60089183/aula_1-guia_metodolo%CC%81gico_navcv_-_2017.pdf. Acesso em 07 de novembro de 2024.

PEREIRA, William César Castilho. **Metodologia do trabalho comunitário e social**. In Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática. Petrópolis: Vozes/PUC Minas, 2001.

SILVA, Márcia Regina Benevides da. Clínica e social: polaridades que se opõem, complementam ou falsa dicotomia? In RAUTER, Cristina Mair Barros; PEREIRA, Eduardo Henrique Passos; SILVA, Márcia Regina Benevides da. (Orgs.). **Clínica e Política: subjetividade e violação dos direitos humanos**. Rio de Janeiro: Te Corá/Instituto F de novembro de ranco Basaglia, 2002. <http://www3.tjrj.jus.br/biblioteca/acervo/detalhe/182187>. Acesso em 08 de novembro de 2024.

SILVA JUNIOR Nelson da. Prefácio: A psicologia social e os múltiplos sentidos do hífen. In SILVA JUNIOR Nelson da; ZANGARI, Wellington. (Orgs.). **A psicologia social e a questão do hífen** [livro eletrônico]. São Paulo: Blucher, 2017. 284 p. <https://sites.usp.br/ppg-pst/wp-content/uploads/sites/218/2017/03/psicologiasocialquestaohifen.pdf>. Acesso em 04 de novembro de 2024.

SPINK, Mary Jane; SPINK, Peter. Psicologia Social na atualidade. In JACÓ-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Arthur Arruda Leal; PORTUGAL Francisco Teixeira. (Orgs.). **História da Psicologia: rumos e percursos**. Rio de Janeiro: Editora NAU, 2005.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Abordagens Psicossociais** (vol. 1). São Paulo: Hucitec, 2008.